MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

UFOP

ATA DA VII REUNIÃO DO COPAE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Aos oito de setembro de dois mil e vinte, às nove horas, reuniu-se virtualmente o Comitê Permanente de Assistência Estudantil, em sua sétima reunião, convocada por sua presidente, Priscila Sena Gonçalves, que enviou previamente a pauta do dia aos integrantes. Estiveram presentes: Alba Barreto (membro titular - PRACE), Amanda de Paula Oliveira (titular - Vila Universitária), Camila Silva Pereira Lara (membro titular- PRACE), Carlos Eduardo Pereira (titular - PRACE), Carolina Helena Caldeira Silva (suplente – PRACE), Claudio Horst (titular – ADUFOP), Danielle Lacerda Sales (titular – Apartamentos), Djalma Teixeira Bastos Júnior (titular – PROPLAD), Gilcéia Freitas Magalhães Leal (titular – PROEX), Jacqueline Kelly Almeida Cunha (Suplente – PRACE), Jussara Quintão Faria- Suplente DCE, Kátia Lenina da Silva Rosa (titular- discente Campus Ouro Preto), Letícia Pereira de Sousa (titular - PROGRAD), Lucinea de Souza Pereira (suplente - PRACE), Mauro César de Castro Júnior (titular- DCE), Priscila Sena Gonçalves (Presidente), Rafhael Francis Freitas da Silva (suplente - Conjunto I). Justificaram ausência Adilson Pereira dos Santos (suplente – PROGRAD), Erika Danielle Pereira dos Santos (titular – Campus Mariana), Marcelo Dias de Santana (titular - PRACE), Mateus Henrique do Couto (titular - Conjunto II). A reunião teve início com a aprovação da Ata anterior por unanimidade. Em seguida Priscila relembra da necessidade de definir o representante do campus de João Monlevade. Camila diz que não teve retorno sobre a indicação do representante do campus de João Monlevade, Mauro diz que entrará em contato com o Diretório Acadêmico (DA) do Instituto de Ciências Exatas e Aplicadas (ICEA) em busca de indicação. Priscila pergunta se há indicação para suplente da Associação de Docentes da UFOP (ADUFOP), Cláudio informa que tentou cinco professores, mas não obteve retorno. Priscila faz uma apresentação acerca do formulário sobre a votação do Fórum da Assistência Estudantil. Letícia fala que a pauta do último fórum está sendo encaminhada ainda e, por isso, não é favorável a novas temáticas para o novo Fórum no momento, aponta a necessidade de retomar os pontos elencados no evento anterior e pensar uma metodologia diferente, como um espaço de discussão, sem obrigatoriedade deliberativa. Gilceia se inscreve e aponta a dificuldade da UFOP justificar a não ocupação de alunos assistidos socioeconomicamente para repúblicas federais e o encaminhamento que é dado a elas em relação aos altos custos por ser imóvel histórico. Sugere para um melhor aproveitamento e gestão, verificar junto ao jurídico da UFOP a venda das casas para melhor utilização desta propriedade imóvel e com o dinheiro seriam construídas novas moradias socioeconômicas. Priscila pede que as falas sejam direcionadas para a realização ou não do Forúm. Diz que esta discussão sobre as repúblicas federais é importante sim, e que é pertinente a inclusão em uma outra reunião do comitê. Katia aborda a importância do Fórum, principalmente em meio ao momento em que vivemos, tendo em vista os cortes orçamentários previstos para o ano de 2021, que impacta primeiramente na assistência estudantil. Ressalta que quanto a venda dos imóveis, que são históricos, não é favorável e pede cuidado ao tratar de assuntos como a venda do patrimônio público, e que podemos encontrar novas formas de recursos para manutenção destes imóveis. Cláudio sugere um pré-fórum com a intenção de verificar a viabilidade de ocorrer o Fórum, devido a possibilidade de não haver aderência da comunidade universitária para participação. Reforça que deve ser publicizado de maneira ampla. Priscila propõe que caso todos sejam favoráveis ao Fórum que sejam realizadas reuniões extraordinárias para organização das atividades do Fórum, antes de outubro. Mauro se coloca favorável a realização do Fórum este ano por se tratar de questão política e o momento de cortes de investimentos e o impacto diretamente na assistência estudantil e o contexto de pandemia e o pós-pandemia que expõe as desigualdades, eleições para a reitoria da UFOP. Defende a política de assistência estudantil como direito. Propõe o debate sobre as políticas da assistência estudantil, perfil do estudante e política de assistência para alunos com dificuldade de aprendizagem. Concorda com a reunião extraordinária. Cláudio reforça as falas de Mauro e fala da importância das pautas sugeridas, defende que o evento

não tenha cunho deliberativo para que possam ser trazidas outras questões, utilizando o espaço para reflexão quanto aos desafios a serem enfrentados no próximo ano. Priscila inicia a votação e a maioria vota favorável É colocado em votação a data da reunião extraordinária para organização do Fórum e a maioria votou para a reunião ocorrer dia quinze de setembro, às nove. Priscila fala que informará a PRACE e ao DCE que foi deliberado a aprovação do Fórum conforme o previsto pelo regimento. Claúdio diz sobre o tempo de informação da reunião, e que acha estar muito próximo. Priscila continua a pauta e pergunta se há alguma nova informação sobre o acolhimento nas moradias discutida na última reunião. Realiza apresentação das ações da PRACE para agilizar a inserção dos estudantes nas moradias como a abertura de duas seleções A e B, e ambas ocorrendo de maneira rápida, com os prazos curtos de acordo com o número de profissionais; e seleção A e B. A seleção A no semestre 2020.1 foi para estudantes com avaliação concluída até dia 13/03 e a última chamada foi até o dia 09/03. Priscila frisou que o aluno que chegou na última chamada e entregou a documentação para avaliação, conseguiu participar do edital de moradia. Em seguida, faz a leitura das propostas sugeridas a saber: Organizar com a PROGRAD para enviar para todos os estudantes que realizarem a pré-matrícula um resumo com todas as informações sobre os programas de bolsa e moradia da UFOP, para que o estudante já providencie a documentação e agilize a sua avaliação; Na seleção A incluir prazos para entrega da documentação diferenciada, conforme as chamadas do SISU, sendo que os alunos da última chamada terão 2 dias disponíveis para entregar a documentação completa e ter garantido a conclusão da sua ASE na data estipulada para participar de tal seleção e não haverá prazo para entrega de pendência. Publicizar, proporcionar maior visibilidade do serviço de acolhimento imediato com encaminhamento para as Repúblicas Federais; Encaminhar um e-mail para todas as Universidades Federais que possuem moradias estudantis se eles realizam o acolhimento imediato, como ocorre, como são selecionados. Continuando a discussão sobre as propostas aprovadas no I Fórum da Assistência Estudantil, proposta cinco "acelerar o processo de ingresso nas moradias", exibida em slide, Priscila faz a apresentação dos prazos para a inserção na moradia descrevendo os processos que incluem e o tempo total de sua conclusão, sendo eles em 2019.1 – Modalidade 1 – Inscrição 25/02 a 22/03. 25/02 a 04/04 – as aulas iniciaram em 11/03. 24 dias. Modalidade 2 – Inscrição 25/02 a 12/04. 25/02 a 05/06. Tempo de conclusão 86 dias (inscrição, entrega dos documentos, realização da avaliação, recurso e reunião de ocupação). Em 2019.2 – Modalidade 1 – Inscrição 29/07 a 28/08. 29/07 a 06/09 – as aulas iniciaram em 12/08. 16 dias. Modalidade 2 – Inscrição 29/07 a 13/09. 29/07 a 01/11. 93 dias. Em 2020.1 – Modalidade 1 – Inscrição 17/02 a 18/03. 17/02 a 27/03 – as aulas iniciaram em 02 de março. Modalidade 2 – Inscrição 17/02 a 13/04. 17/02 a 29/05. 86 dias. Etapas da Avaliação Socioeconômica - para participantes da Seleção B 17/02/2020 a 03/04/2020 Período de Inscrição na plataforma CPAE – Minha UFOP. 06/04/2020 Data limite para entrega da documentação para pré-conferência. 13/04/2020 Data limite para acessar a lista de documentos pendentes gerada na pré-conferência, enviada ao e-mail do discente. 22/04/2020 Data limite para entregar os documentos relacionados na lista de pendências. 27/04/2020 Data limite para acessar por e-mail/plataforma Minha UFOP a relação de documentos complementares, gerados após prévia da avaliação socioeconômica. 04/05/2020 Data limite para entregar os documentos complementares que venham a ser exigidos. 12/05/2020 Data final de conclusão das avaliações socioeconômicas. 13/05/2020 Data limite para recurso contra o resultado da avaliação socioeconômica. 15/05/2020 Data limite para divulgação da deliberação do recurso contra resultado da avaliação socioeconômica por e-mail/plataforma Minha UFOP. Alba pontua que está sendo falado da seleção B, mas que é importante citar a seleção A, que há estudantes da seleção A que são calouros recém chegados na universidade. Diz que é importante mencionar que houve calouros que conseguiram acessar a seleção A. Priscila fala que já foi encurtado o prazo para que o estudante acesse mais rápido a moradia, fala que isso foi uma proposta que veio do Fórum. Fala que na Prace os prazos já foram reduzidos para atender melhor ao estudante. Cita que o prazo da avaliação socioeconômica já foi reduzido ao máxima e não há possibilidade de reduzir mais. Raphael expõe sobre a dificuldade de articulação devido ao afastamento dos alunos das moradias no período da pandemia. E sugere que o acolhimento imediato seja no ato da matrícula, e que os alunos sejam encaminhados pela PRACE para as moradias independentemente de documentação. Ele cita que o acolhimento já ocorre pelas moradias sem um respaldo da Prace, se tornando durante o acolhimento de responsabilidade das moradias. Priscila relata que a dificuldade nesta sugestão é realizar o acolhimento sem conhecer este estudante, pois já houve acolhimento e posterior a avaliação socioeconômica eram categoria E. Raphael propõe, que as primeiras pessoas que chegarem ao NACE sejam inseridas nas moradias, desde o ato da matrícula. Priscila cita que compreende, mas que esse processo de acolhimento não é regulamentado e que com a publicização de um acolhimento imediato a demanda aumentaria, além disto tem-se a questão da moradia ser por critério socioeconômico e não

ter a avaliação deste estudante não se saberia se ele é perfil para acessar a moradia, já que se tem precedentes de estudante acolhido que após a avaliação era categoria E. Continua sua fala dizendo que a PRACE já se debruçou a pensar em formas e alternativas para atender este estudante que necessita do acolhimento imediato, e desta urgência de atendimento que surgiu a seleção A. Carolina contribui com dados sobre vagas ociosas nas moradias. Katia fala de pegar o número de vagas e dividir ao longo do semestre. Fala das diferenças entre Ouro Preto e Mariana e como utilizar todo número de vagas de uma única vez sem o critério socioeconômico. Priscila fala que na proposta do acolhimento imediato sem critério socioeconômico o número de procura irá superar o número de vagas ofertadas e também o estudante acolhido pode não ser perfil da política, sendo categoria E e alguém que é perfil, que necessita do acolhimento imediato, que chegue nas últimas chamadas do SISU, não conseguir a vaga. Raphael fala que há pessoas que saem das moradias e não dão baixa na PRACE, então ficam vagas ociosas e não atualizadas nos cadastros da PRACE. Propõe dividir o número de vagas ao longo das chamadas do SISU. Priscila abre inscrição para encaminhamento ou encerramento da pauta. Aponta que o número de estudantes que procuram o acolhimento irregular é menor porque não é publicizado. Acredita que ao regulamentar a procura será maior e que o acolhimento deve acontecer através da avaliação socioeconômica. Apresenta novamente o que é oferecido hoje pela PRACE, 1- a seleção A que é concluída 24 dias após o início das aulas, 2- o encaminhamento para as repúblicas federais. E frisa que a proposta aprovada de encaminhar para os calouros na pré matrícula sobre os serviços da Prace irá agilizar o processo de avaliação socioeconômica para que possam participar da seleção A. Carolina relata que a PRACE procura controlar a evasão de alunos nas moradias semestralmente. Amanda fala que a redução dos prazos para o Edital não é proposta, pois já ocorre, diz que foi falado que os estudantes na modalidade de acolhimento as vezes não liberam a casa após se tornar categoria E, então, sugere que tenha um termo para regulamentar, para que esta pessoa categoria E saia da residência. Fala que o processo tem um prazo reduzido para acelerar o edital, mas que deveria ter uma outra opção para acolher os estudantes durante o prazo de finalizar o Edital, ainda que este estudante não tenha a avaliação imediata. Propõe que seja elaborado um documento no qual o estudante acolhido se comprometa a sair da casa caso não seja selecionado na avaliação, este seria para os primeiros alunos a apresentarem os documentos para a PRACE. Pede que sejam encaminhadas demandas do acolhimento da melhor maneira possível. Priscila tenta esclarecer como Katia e Raphael sugerem que sejam realizado o acolhimento. Katia esclarece que seria a recepção de documentos na pré-matrícula e a entrega da carta com a vaga. Raphael Relata que geralmente os acolhidos procuram as casas e os moradores, antes de buscarem à PRACE e que há necessidade de autonomia da casa em orientar a pessoa a ir à PRACE, pegar a autorização de acolhimento e dar entrada nos documentos da avaliação. Alba expõe que compreende que os estudantes chegam a universidade com demandas para serem atendidas e que os assistentes sociais, enquanto profissionais, buscam encaminhar da melhor maneira a recepção dos estudantes. Apresenta preocupação quanto a carta proposta, pois se não publicizada e se por ordem de chegada dos estudantes o processo é desigual. Cita que a intenção é discutir e encaminhar da melhor forma, criar estratégias para tornar o encaminhamento funcional. Priscila faz a leitura das sugestões discutidas por Amanda, Kátia e Raphael, sendo elas instalar imediatamente os estudantes nas vagas ociosas das repúblicas federais, sem que eles tenham que batalhar ou sofrer qualquer tipo de humilhação, e ressalta que isso já acontece; Todos os acolhidos passarem na Prace e assinarem um termo de responsabilidade que precisam ser selecionados no edital para permanecerem nas moradias; Vagas de acolhimento para estudantes que passaram por avaliação de renda pela PROGRAD, cotistas de renda. Katia discorda que as vagas disponíveis devem ser divididas nas vagas do Sisu, pois o estudante pode mudar sua categoria socioeconômica durante o curso e a vaga já estaria utilizada sem contemplar este estudante. Priscila esclarece que seria uma vaga para quem está chegando e que necessita de uma moradia de imediato e que os estudantes do perfil socioeconômico não ingressam apenas por cota de renda. E sugere já encaminhar para a Prace as propostas aprovadas Alba enfatiza que o ingresso por cota é realizada uma análise da renda e a avaliação socioeconômica vai além da renda, levando em consideração indicadores do grupo familiar. Raphael pergunta se após aprovada a proposta, o acolhimento poderá continuar acontecendo irregularmente? Priscila responde que se for aprovado, não poderá fazer de outra forma. O acolhimento deve ser cuidadoso para não colocar em risco a integridade dos moradores. Cláudio pede atenção para práticas que podem desconstruir a política coletiva de avaliação socioeconômica, em elementos como formalizar algo que confronta a política da assistência no país. Rafael defende que a regularização do acolhimento permitirá que o conjunto um permaneça na dinâmica da universidade. Amanda sugere que a proposta seja votada somente para o conjunto um. Kátia fala sobre a falta de regulamentação e que a diferença entre as moradias de Ouro Preto e Mariana levariam uma ação

antidemocrática. Gilcéia fala do valor das caixas nas repúblicas federais. Kátia fala que há diferença entre os custos das moradias entre moradias e repúblicas federais, ressalta que esta discussão do custeio pode ser abordada na pauta das repúblicas federais. Priscila fala que pode verificar, mas que há um limite máximo de valor para a caixinha das repúblicas federais e está relacionado ao valor da bolsa permanência. Diz que a gestão também é diferente nas repúblicas federais que tem autogestão, com manutenções realizadas pelos próprios moradores o que justifica a caixa ser um valor mais alto. Raphael fala da proposta lida por Priscila, e que o Conjunto I é desnivelado em relação às outras moradias. Diz que agilizar o processo para inserção deste estudante não atende a demanda deles. Fala da importância da votação hoje, pois não há regulamentação para as casas fazerem o acolhimento, e é importante que o NACE respalde esse acolhimento. Priscila fala das propostas encaminhadas nas discussões e conduz para a votação. Priscila ressalta sugestão de que o acolhimento imediato não seja votado e retorne essa discussão quando tiver nova proposta com mais amadurecimento. Foi colocado em votação a proposya apresentada: As vagas disponíveis no conjunto I serem divididas para cada chamada do SISU de forma igual. Serão selecionados os primeiros estudantes que entregarem a documentação para avaliação e receberão neste momento uma carta de encaminhamento para o acolhimento imediato até o resultado final do edital de seleção. Aberta votação da proposta, que não foi aprovada. Houveram cinco votos "concordo", sete "discordo" e duas abstenções. Amanda coloca que o corpo discente ficou claramente separado do corpo técnico e que as pessoas que discordaram não avançaram ou contribuíram no encaminhamento das discussões. Letícia propõe que seja realizada uma pesquisa sobre acolhimento imediato com todas as universidades, que seja enviado e-mail perguntando se há este tipo de acolhimento e como ele ocorre, para subsidiar as próximas discussões. Mauro fala endossando a proposta apresentada por Letícia e diz que é preciso não só dizer que a discussão não está encerrada, mas que é importante voltar a discussão com mais propriedade para ser encaminhada. Priscila agenda a próxima reunião para o dia treze, às quatorze horas. Sem mais a tratar, a reunião foi encerrada às onze horas e vinte e três minutos. Foi lavrada a presente ata que, aprovada, vai devidamente assinada por Camila Silva Pereira Lara ou Kátia Lenina da Silva Rosa, que lavraram a presente Ata e pela presidente Priscila Sena Gonçalves.

Documento assinado eletronicamente por **Priscila Sena Goncalves**, **ASSISTENTE SOCIAL**, em 06/11/2020, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Camila Silva Pereira Lara**, **ASSISTENTE SOCIAL**, em 09/11/2020, às 13:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **0099672** e o código CRC **444DFA42**.

Referência: Caso responda este Memorando, indicar expressamente o Processo nº 23109.005859/2020-54 SEI nº 0099672

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar - Ouro Preto/MG, CEP 35400-000
Telefone: - www.ufop.br